

Agora é campanha na rua! Dezenas de milhares registram Lula no TSE



Foto para urna

LULA

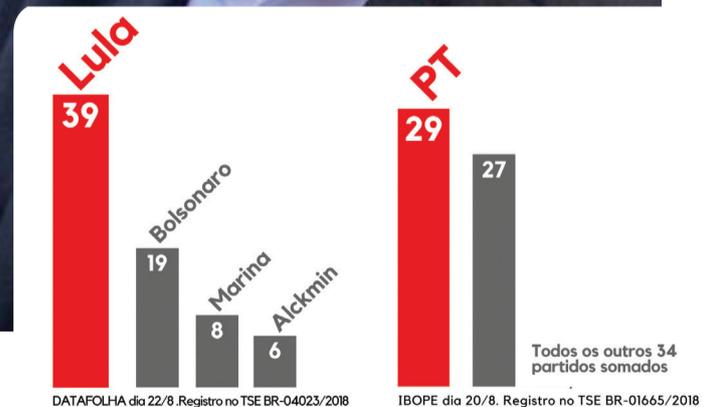
13

Presidente - BRASIL/BR
Partido dos Trabalhadores - PT

Registro de Lula no TSE



Foto: Ricardo Stuckert



Partido

O programa de governo de Lula
pág. 4

Diálogo e Ação Petista

Reta final do Encontro Extraordinário
pág. 5

Nacional

Instituições exalam podridão
pág. 9

História

80 anos da 4ª Internacional
pág. 10

Juventude Revolução do PT

Depois do encontro nacional, novos núcleos fortalecem a campanha Lula

As delegações do 15º Encontro Nacional voltaram aos estados com todo gás!

Em diversos já ocorreram reuniões com ampla participação de jovens e fundação de novos núcleos, indicando a boa receptividade da "Carta aos jovens brasileiros" (juventude-revolucao.com.br) aprovada no encontro que chama o voto Lula com Constituinte. E não parou por aí, a disposição dessa "galera"! A JR do PT marcou presença ativa (foto) no vibrante ato do registro da candidatura de Lula dia 15 de agosto em Brasília.

Publicamos abaixo relatos de reuniões e atividades realizadas nos estados.

Mato Grosso

Em Cuiabá ocorreu uma reunião com membros do Grêmio Estudantil do Instituto Federal. Leonardo, eleito para o Conselho Nacional da JR, considerou importantíssima porque ajuda ampliar a luta dos estudantes contra os cortes e pela revogação da Emenda Constitucional 95 que estrangula o ensino público.

Rio de Janeiro

Numa roda de conversa durante o intervalo da faculdade privada UGB, o núcleo de Volta Redonda aproveitou para apresentar as posições do encontro e debateram como organizar luta pelo Fies e seus direitos.

Brasília

Na região do Entorno do Distrito Federal mais de 10 jovens se reuniram para debater como seguir a luta dos

jovens na capital do país e decidiram fundar um núcleo da JR do PT que já se engaja na campanha de Lula presidente.

Rio Grande do Sul

Em São Leopoldo o núcleo esteve presente no ato do PT. Em Portão, Márcia Ferreira do núcleo da cidade, destacou em entrevista que "durante os três dias de encontro, debateu-se a realidade calamitosa dos estados, o colapso e o sucateamento da educação, saúde e programas sociais, o desemprego entre os jovens, que se aproxima dos 30% e os cortes nas bolsas de pesquisa".

Espírito Santo

No Vale dos Reis, bairro periférico de Cariacica, região da grande Vitória, foi realizada uma importante reunião. Segundo João, da direção da JR, "Os jovens todos muito interessados e ouvindo atentamente a leitura do texto e a discussão. Vários passaram nome e contato para formar um núcleo".

Bahia

Na residência universitária da UFBA em Salvador se reuniu uma plenária com mais de 40 estudantes. Em Feira de Santana, foi fundado núcleo na Escola Georgina. Alexandre, um dos coordenadores, disse "Seguimos o mesmo modelo que os grupos se organizaram no encontro. Primeiro nós fizemos a leitura da carta, depois quem queria compartilhar as ideias, opiniões, sua visão a respeito do tema levantava a mão. Foi mega produtivo".



15 de agosto, a caminho do TSE, em Brasília na inscrição de Lula

Santa Catarina

Na UFSC em Florianópolis cerca de 15 estudantes de diversos cursos discutiram a organização do núcleo e a luta do Movimento Estudantil nas eleições.

São Paulo

Na 1ª semana de aula da USP numa atividade organizada pelo Comitê Lula Livre, com mais de 300 participantes, o núcleo da JR montou uma banca com materiais e fichas de filiação e distribuiu dezenas de "Cartas".

Agora, é "Voto Lula"!

Na luta pelas suas reivindicações como emprego, fim da violência policial e ensino público gratuito e de qualidade estes jovens estão com toda garra, na campanha Lula Presidente, com Constituinte.

Não será uma eleição fácil, é verdade. Mas essa disposição para fortalecer a campanha, certamente contribuirá para contagiar outros milhares de jovens que querem eleger Lula, como indicam as pesquisas. Esse é o combate a ser feito nos bairros, locais de trabalho e ensino, sobretudo nas entidades estudantis como Centros Acadêmicos até a UNE. Não tem vacilação, agora é "Voto Lula"!

Sarah Lindalva

61% na pobreza

Crianças e adolescentes sem condições materiais e direitos

No Brasil, 61% das crianças e adolescentes até 17 anos vivem na pobreza ou estão privados de um ou mais direitos, como água, educação, saneamento, moradia e proteção contra o trabalho infantil. Do total, 18 milhões (34,3%) vivem com menos de R\$ 346 per capita mês na zona urbana e R\$ 269 na zona rural - 6 milhões (11,2%), são privados apenas de renda, outros 12 milhões (23,1%) além de renda insuficiente, têm um ou mais direitos negados. O levantamento é um estudo divulgado em 14 de agosto pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), e foi feito com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015. O acesso aos direitos varia, entre outros fatores, de acordo com o local onde as crianças e adolescentes moram e com a cor. O percentual na zona rural que não têm direitos garantidos é o dobro daquele nas áreas urbanas, 87,5% contra 41,6%. Negros registram uma taxa de privação de 58,3%. Entre crianças e adolescentes brancos, não passa de 40%. As regiões Norte e Nordeste aparecem com os maiores índices de privação de direitos - com exceção de moradia, em que a região Sudeste supera o Nordeste.

Jaildo Vilas Bôas Junior

Ameaças a bolsas de pós-graduação

Tentativa de corte no Orçamento de 2019 atingiria 200 mil bolsistas

Entre 2015 e 2017, o orçamento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) passou de R\$ 7 bilhões para R\$ 5 bi, fato que inviabilizou a continuidade do Programa Ciência Sem Fronteira.

O orçamento da CAPES para 2018 é de R\$ 4,9 bilhões. Em julho deste ano, o Ministério da Educação informou à entidade um novo corte de R\$ 580 milhões no orçamento para 2019, o que representa 11% de redução das verbas. Em resposta, a CAPES enviou um ofício ao Governo Federal pedindo a preservação das verbas, pois, caso o corte seja feito, já em agosto de 2019 haverá a interrupção do pagamento de quase 200 mil bolsas de pesquisa, dentre elas 93 mil de mestrado/doutorado e 105 mil do Programa de iniciação

à Docência (PIBID), do Programa de Residência Pedagógica, e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). O Ministério do planejamento responderá ao pedido da CAPES até o próximo dia 31/08. Esse é o efeito da Emenda Constitucional 95, do governo golpista de Temer e seus aliados no Congresso Nacional que limita os gastos públicos por 20 anos e provocará o colapso do sistema de produção da ciência, tecnologias e a educação superior pública do Brasil, caso não seja revogada.

Há também um movimento de resistência dos pesquisadores. Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG) mobilizou manifestações em defesa das bolsas, educação, ciência e tecnologia, em várias localidades do país. No último dia 14

ocorreu um dia de luta com centenas de pesquisadores em Brasília que exigiu a sanção do golpista Temer, sem veto às emendas feitas na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) para 2019, o que garantiria parte das verbas para ciência e tecnologia pelo menos até o próximo ano. O que foi aceito posteriormente pelo golpista.

Mas, só isso não basta. Nada assegura que o orçamento das bolsas não seja contingenciado em 2019, a depender do resultado eleitoral. Por isso os pós-graduandos devem continuar mobilizados, devem colocar a necessidade de derrotar os golpistas nas eleições para salvar a ciência e tecnologia da sua política de ajuste fiscal votando Lula e se manifestando pela revogação da EC 95.

Uma batalha de libertação da nação

Para 27 milhões de brasileiros falta trabalho, entre desempregados, subocupados e desalentados (que perderam a esperança de encontrar emprego) segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad).

61% das crianças e adolescente vivem na pobreza, de acordo com levantamento da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

A situação pela qual passa hoje o povo pobre do Rio de Janeiro, é a expressão mais dramática do desastre nacional instalado com o golpe. Seis meses de intervenção militar, só aumentaram a violência. A ocupação militar de três favelas, no último dia 21 envolvendo 4200 homens, levou ao desespero famílias trabalhadoras: "Estamos unidos para que acabe esse absurdo de intervenção, que só serve para colocar pobre contra pobre, porque o social dentro das comunidades até agora não chegou. Somente banho de sangue", denunciou um líder de uma das comunidades.

A destruição nacional em curso, desde que o capital financeiro, com o golpe, impôs um governo subserviente a seus interesses, tem que ser interrompida. E pode ser interrompida com as eleições presidenciais!

Pesquisas publicadas nesta semana são acachapantes! Em todas Lula, preso, impedido de falar, segue o franco favorito, batendo a casa dos 40% de intenção de voto na mais

recente, a do Datafolha.

O mercado, mesmo contando com os serviços do Judiciário e da grande imprensa, não consegue seu intento de eliminar Lula e deixar o povo trabalhador sem ter onde se agarrar para reverter a destruição do país.

Foi a semana em que Lula subiu, a bolsa caiu e o dólar aumentou, ultrapassando os R\$ 4,00.

LULA SE CONSOLIDA E PT TEM 29% DE PREFERÊNCIA

O mercado chantageia, mas o povo sabe por onde ir. Quer exercer seu direito democrático de votar em Lula para voltar a ter emprego e os direitos trabalhistas usurpados com a contrarreforma trabalhista. Quer votar em Lula para ter acesso a serviços públicos, para isso é preciso pôr fim à Emenda Constitucional 95 que tira recursos do Orçamento para jogar na especulação financeira.

O povo quer votar em Lula para livrar-se da fome e dos abusos policiais e militares. Enfim, quer votar para viver em paz e com dignidade, o que lhe é negado pelos poderosos. Os poderosos que dominam as instituições,

a imprensa monopolizada e manipuladora. Os poderosos que confinaram Lula numa cela e aprisionam a maioria do povo trabalhador no sofrimento e penúria.

Nas eleições presidenciais a nação pode dar um grande passo para se libertar desse garrote, é isto que se joga nas próximas semanas.

Os 50 mil manifestantes em Brasília, no ato da inscrição da candidatura de Lula, em 15 de agosto, são um termômetro do que é possível organizar e mobilizar.

Dado relevante das últimas pesquisas, além da consolidação de Lula, é que o PT atinge 29% de preferência partidária, enquanto os demais 34 partidos somam 27%, segundo o Ibope.

Com todo achincalhamento que o partido é vítima, e apesar dos erros políticos que cometeu, o PT é um partido enraizado junto à classe trabalhadora, é seu principal instrumento de luta para chegar à vitória eleitoral.

Os próximos 45 dias concentram a batalha. É o que estará no centro dos debates do Encontro Nacional Extraordinário que o Diálogo e Ação Petista realizará em 1º de setembro, em São Paulo, por "Lula com Constituinte",

Até 7 de outubro é Lula Presidente, para levar à vitória e, como diz o nosso candidato "a partir de 1º de janeiro começamos a reconstrução desse país".

DESEMPREGO E DESALENTO

Com a economia estagnada e a legalização do bico, o que mais aumenta no País é o desalento e o trabalho precário. Quase 5 milhões de brasileiros sequer têm forças para procurar uma vaga, depois de meses e meses de tentativas frustradas. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada em 16/8, mostra que falta trabalho para 27,6 milhões de pessoas no Brasil. Outros 4,8 milhões desistiram de procurar emprego. Eles formam o exército que o IBGE chama de desalentados, pessoas que não têm mais esperança de conseguir uma recolocação. Esse é o maior número de desalentados da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012, e representa um aumento de 800 mil pessoas se comparado ao 2º trimestre de 2017. A taxa de subutilização da força de trabalho, que inclui os desempregados, pessoas que gostariam e precisam trabalhar mais e aqueles que desistiram de procurar emprego, ficou em 24,6%: 13 milhões de desempregados (12,4%), 6,5 milhões de subocupados e 8,1 milhões que poderiam trabalhar, mas não trabalham, grupo que inclui os que desistiram de procurar emprego. Se comparado ao 1º trimestre de

2014, antes do golpe, a população subutilizada cresceu 73%!

SEM CARTEIRA ASSINADA

As Regiões Norte (31,7%) e Nordeste (28,9%) foram as que apresentaram o maior percentual de trabalhadores por conta própria, que trabalham sem registro em carteira, sem direitos e sem garantia de renda ao final do mês. O Nordeste (59,9%) e o Norte também apresentaram os menores índices de trabalhadores com carteira assinada: Maranhão (50,2%), Pará (55,4%) e Paraíba (55,9%). Do total de 13 milhões de desempregados no Brasil, 64,1% são negros e pardos e 35% são brancos.

PRECARIZAÇÃO

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, esse é o Brasil de Temer, que usurpou o cargo da presidenta Dilma prometendo aquecer a economia e gerar emprego, mas está entregando um país quebrado, com milhões de desempregados. Segundo Adriana Marcolino, técnica da subseção do Dieese da CUT, praticamente todos os empregos criados no último ano foram em condições precárias. "Isso significa que 92,2% do total de 1 milhão de empregos gerados são precários, com remuneração menor e renda estagnada."

Memória

LULA EM 1982: QUEREMOS MUDAR O SISTEMA

"Nós queremos não apenas derrubar o governador do PDS [partido da ditadura] deste Estado ou de São Paulo. Nós queremos mudar o regime, mudar o sistema" – declarou à imprensa o presidente nacional do PT e candidato ao governo de São Paulo, Lula, no dia 22, em Teresina. Esta declaração (...) reafirma aquela feita durante o debate realizado pelo jornal "O Estado de S. Paulo" e pela TV Globo (...): "precisamos apagar tudo que o regime autoritário fez neste país, a partir de 1964". (...) E foi justamente por ter assumido claramente esta posição que, após o debate, os editoriais da grande imprensa, bem como porta-vozes dos demais partidos – em particular do PMDB – insistiram em falar da "irresponsabilidade" de Lula.

O Trabalho nº 166 – 26/8/1982



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Plano Lula de governo 2019-2022

Avançado na Constituinte, limitado em alguns pontos

A coligação “O povo feliz de novo” do PT, PCdoB e PROS, inscreveu seu programa de governo no último dia 15, junto com o nome de Lula para presidente.

Dias antes, se divulgou o número de 13 milhões de desempregados, expressão da degradação social provocada pelo golpe, o que o programa do governo Lula quer enfrentar, “em seus primeiros meses de mandato, propondo um Plano Emergencial de Emprego, visando elevar a renda, ampliar o crédito e gerar novas oportunidades de trabalho. A grande prioridade será a juventude. Entre as ações, destacam-se:

- Retomada imediata das obras inacabadas em todo o país;
- Retomada dos investimentos da Petrobras;
- Retomada do Programa Minha Casa Minha Vida”.

Esse é um bom começo, mas que pede medidas complementares para se sustentar, reverter o desastre do golpe e abrir caminho às reformas estruturais que emancipem a nação da opressão imperialista que pesa sobre o continente.

Neste sentido, o Plano Lula, acordado com o PCdoB, traz um ponto de apoio fundamental na convocação de uma Constituinte (v. box) que pode fazer avançar muito o processo de emancipação. Pode, inclusive, aprofundá-lo e corrigir insuficiências do programa.

Limitações

O Plano Lula, por exemplo, não integra a bandeira histórica do movimento sindical, e do próprio PT, da jornada de semanal de 40 horas de trabalho. É vago ao falar de “avançar no debate sobre a militarização das polícias”, quando se pede a desmilitarização nos movimentos populares e na juventude.

O programa é muito tímido, quando propõe “adotar regulações que controlem a entrada de capital especulativo de curto prazo”, apenas, que certamente são insuficientes para garantir uma taxa de câmbio favorável à produção nacional e coerente com

a bandeira de “reindustrialização nacional” do Plano.

O programa é ambíguo sobre a Previdência, ao propor “combater privilégios previdenciários incompatíveis com a realidade da classe trabalhadora brasileira. Ademais, o governo buscará a convergência entre os regimes próprios da União, dos Estados, do DF e dos Municípios com o regime geral”. Quem são os privilegiados? Essa “convergência”, elevará os direitos dos trabalhadores do setor privado ou reduzirá os do setor público?

Em outros momentos, o Plano chega a ser contraditório, como quando propõe “suspender a política de privatizações”, e mais à frente, na infraestrutura, quer “expandir a parceria com o setor privado por meio de concessões e outras parcerias público-privadas” - afinal, PPPs e concessões são formas de privatização.

Pontos de apoio

O programa, contudo, traz vários pontos de apoio para o povo trabalhador que resiste e quer reverter o golpe, pontos que devem ser agarrados pelas organizações populares e fertilizar a luta unitária.

O Plano Lula propõe claramente “revogar as medidas de caráter inconstitucional, antinacional ou antipopular editadas pelo atual governo ilegítimo. Lideram a fila a Emenda Constitucional nº 95, que impõe uma ortodoxia fiscal permanente e um teto declinante dos gastos públicos, a chamada Reforma Trabalhista que revogou direitos essenciais dos trabalhadores, as mudanças no marco regulatório do Pré-sal e a reforma do ensino médio”.

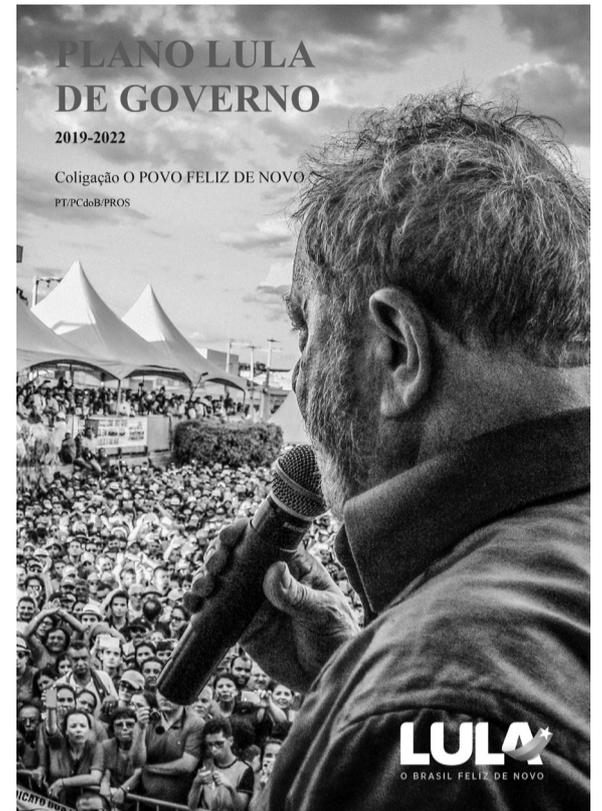
O programa também prescreve a “renegociação das dívidas e da situação de guerra fiscal entre estados e municípios. Para isso, propõe-se o abatimento da dívida dos estados em conformidade com a aplicação dos atuais indexadores da dívida para o saldo devedor”, o que aliviará a gravíssima situação dos Estados, enquanto uma reforma tributária se discute.

Vários destes pontos incluem emendas constitucionais ou dependem de uma nova correlação de forças parlamentar, e acabarão confluindo para o “processo Constituinte” proposto. Por isso, é importante o compromisso do Plano Lula com “ampla reforma política com o financiamento público exclusivo das campanhas, fidelidade partidária, sistema eleitoral proporcional e adoção do voto em lista preordenada”. Afinal, disso depende a “Constituinte soberana e unicameral, eleita para este fim nos moldes da reforma política que preconizamos” (abaixo).

É só a quente, no calor dos embates nas ruas e nas instituições, que o programa pode ser desenvolvido, ultrapassado numa direção ou outra, como qualquer programa. Aí, são as massas populares com suas organizações

que, apoiadas no governo Lula e seu programa, darão a última palavra.

João Alfredo Luna



“O Brasil Precisa de um Novo Processo Constituinte A Soberania Popular em Grau Máximo para a Refundação Democrática e o Desenvolvimento do País:

O golpe aprofundou a **crise de representação** política e agravou o desequilíbrio no sistema de pesos e contrapesos das instituições republicanas. A refundação democrática liderada por Lula implicará mudanças estruturais do Estado e da sociedade para reestabelecer o equilíbrio entre os Poderes da República e assegurar a retomada do desenvolvimento, a garantia de direitos e as transformações necessárias ao país.

Para assegurar as conquistas democráticas inscritas na Constituição de 1988, as **reformas estruturais** indicadas neste Plano e a **reforma das Instituições**, é necessário um novo Processo Constituinte. Para tanto, construiremos as condições de sustentação social para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, democrática, soberana e **unicameral**, eleita para este fim **nos moldes da reforma política** que preconizamos.

O governo do Presidente Lula participará, **logo após a posse**, da elaboração de um amplo roteiro de debates sobre os grandes temas nacionais e sobre o formato da Constituinte” (grifos JAL).

Acordo com PSB cria confusão no PT do Amazonas

Militância concentrará energia na campanha Lula Presidente

Após três adiamentos devidos à “coligação nacional com o PSB”, o Encontro Eleitoral do AM, se reuniu e aprovou a decisão da Executiva estadual (onde o DAP não participa), “por consenso”, segundo o presidente deputado Sinésio Campos (MPT), de aliança com o PSB de Davi Almeida para governador. Uma das vagas ao Senado seria para o ex deputado

Francisco Praciano - mas no final, o PT abriu mão para a senadora Vanessa Graziotin, do PCdoB -, e a outra vaga ficou para indicação do PSB. O arranjo nem condicionou à defesa de Lula.

Quatro dias depois, a confusão se instalou. O PSB indicou para senador Chico Preto (PMN), apoiador de Bolsonaro, que vetou Vanessa na chapa. O que levou o PCdoB a

registrar chapa própria. Gleisi, presidente nacional do PT, exigiu do PSB aceitar Vanessa, caso contrário o PT também sairia da coligação. No prazo final, duas atas deram entrada no TRE, uma do PT coligado com o PSB e outra com o PCdoB.

A justiça eleitoral pediu manifestação do PT-AM, e no dia 20, a Executiva decidiu pela coligação com o PSB, onde o único candidato ao

senado é da extrema-direita! Até o fechamento desta edição, não havia uma sentença definitiva.

Essa crise vergonhosa é resultado do abandono da política de alianças do 6º Congresso com “setores anti-imperialistas”, substituída, no caso, por critérios do coeficiente eleitoral.

Gustavo Passaneli



ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO

Com Lula, até a vitória!

Encontro Nacional Extraordinário do Diálogo e Ação Petista, em 1º de setembro, será realizado no momento em que Lula, registrado oficialmente como candidato do PT a presidente, completará 148 dias na prisão, cinco meses. Mesmo nessa situação, impedido de participar da campanha e dos debates e ameaçado de ter sua candidatura impugnada, Lula permanece líder disparado em todas as pesquisas, como referência dos trabalhadores e de grande parte da população de mudanças profundas no país.

Ajudar o PT a ir até o fim nessa caminhada, até a vitória em 7 de outubro, informar e armar politicamente os militantes do DAP para o enfrentamento da campanha- este deverá ser o objetivo central dos delegados eleitos pelos grupos de base para o Encontro Nacional do DAP. Com este fim, o Comitê Nacional do DAP, reunido na sede nacional do PT, em São Paulo, dia 18 de agosto, discutiu a situação e adotou uma série de medidas para garantir o sucesso do Encontro Nacional.

Serão convidados para o Encontro, para participação nas mesas de abertu-



ra e de encerramento, dirigentes do PT e da campanha, além de candidatos. O Comitê Nacional deverá propor um documento para apreciação e aprovação dos delegados ao final do Encontro. Vídeos curtos de integrantes do Comitê Nacional estão sendo gravados para ajudar na convocação do Encontro.

Colabore com o DAP

O Encontro Nacional do DAP, como todos os anteriores, será autofinanciado. Também na questão financeira, o DAP

segue fiel a seu propósito de "agir como o PT agia", bancando suas atividades apenas com base na contribuição voluntária dos militantes.

Os grupos de base estão arrecadando contribuições para financiar a viagem de seus delegados, com uma porcentagem para o Comitê Nacional. A Comissão de Finanças do DAP deverá produzir materiais, como camisetas e bandeiras, para arrecadação de fundos a partir do Encontro. A Comissão preparará uma nota sobre finanças

para apresentação no Encontro.

Também está sendo feito um levantamento dos alojamentos para os delegados que tiverem necessidade.

Conta para depósito

Caixa Econômica federal

Agência: 2842

Operação: 013

Conta Poupança: 13833-4

Em nome de André Sena
(CPF:949.613.440-87)

ENDAP EXTRAORDINÁRIO

1º de setembro, sábado

APEOESP - Praça da República, 282,
São Paulo

9:00 Abertura - Mesa de abertura -
saudações

10:00 - Informe e debate sobre a Cam-
panha Lula Presidente

13:00 - Almoço

14:00 - Reinício do debate

16:30 - Fechamento da discussão e
aprovação de resolução final

18:00 - Mesa de encerramento

20:00 - Final do Encontro e retorno
dos delegados.

"NÃO HÁ SAÍDA PARA ALAGOAS SEM SAÍDA PARA O BRASIL"

Professor Luizinho, candidato, conta a campanha no Estado

Liderança do Diálogo e Ação Petista em Alagoas e candidato a deputado estadual, o professor Luizinho está licenciado da presidência do Sindicato de Docentes da Universidade Estadual (Sinduneal) e da CUT estadual. Luizinho é delegado eleito para o Encontro Nacional Extraordinário do DAP. Conversamos com ele sobre as eleições e as relações com o clã Renan.

DAP: Você é candidato a deputado estadual. Quais as principais questões que você levanta?

Professor Luizinho: A principal questão é liberdade para Lula e o seu direito de disputar as eleições. O povo já percebeu que Lula está preso porque não querem deixá-lo disputar as eleições. Nossa candidatura está engajada na construção dos comitês Lula Livre e Presidente, pois só Lula com uma Constituinte poderá revogar as medidas do golpista Temer e fazer as verdadeiras reformas populares.

Alagoas é um estado praticamente federalizado. O estado é muito dependente de verbas e programas federais. Não há saída para Alagoas se não houver uma saída positiva para o Brasil. Vamos fiscalizar o Executivo estadual e elaborar projetos de interesse popular,

combater o sucateamento dos serviços públicos estaduais, onde os concursados estão sendo substituídos por contratos precários, e até por presidiários. Vamos também combater as Organizações Sociais (OSs) e defender nossa empresa pública de água e saneamento (Casal) ameaçada de privatização.

DAP: O PT está coligado com Renan Filho (MDB), de cujo governo saiu após o golpe, mas voltou agora. Qual o impacto disso?

PL: Nos opusemos a volta do PT ao governo Renan. Foi um debate caloroso no Diretório e no Encontro Estadual, mas terminaram prevalecendo interesses pessoais. Muitos petistas rejeitam essa aliança e votarão 13 para governador e senador.

DAP: Mas o senador Renan (pai), candidato a reeleição, apoia Lula e fala num tipo de Constituinte. Como você vê isso?

PL: É sintomático da situação. Mas, atenção, o senador Renan fala de constituinte sem povo. Ele quer transformar o Congresso Nacional a ser eleito, Câmara e Senado, em constituinte, o que deixaria outra vez de fora os trabalhadores. Pelas atuais regras eleitorais

temos mais bancadas de agronegócio, empresários etc. enquanto nós, o povo trabalhador, que somos a maioria, estamos sub-representados. O PT defende uma Constituinte unicameral de deputados eleitos para esse fim.

DAP: Como está a campanha de Lula no estado?

PL: Apesar do crescimento nas pesquisas eleitorais, onde Lula chega a 57% das intenções de voto, a campanha ainda está morna. É preciso que a direção do PT assuma protagonismo e mobilize a militância, colando nas lutas em curso.

DAP: Que opções de voto você recomenda para as eleições?

PL: Estamos mobilizando pelo voto em Lula presidente, Paulão deputado federal e Professor Luizinho deputado estadual. Para governador e senador é voto 13.

LULA LIVRE!
Lula presidente com constituinte!

PROFESSOR LUIZINHO PT
UMA HISTÓRIA DE LUTA

13613 DEPUTADO ESTADUAL

PT-PV-PCdoB USO EXCLUSIVO PARA REDES SOCIAIS CNPJ: 31.182.456/0001-43 COLIGAÇÃO ALAGOAS QUE O POVO QUER

Professor Luizinho recepciona Lula por ocasião da entrega do título doutor honoris causa na Uneal, durante a caravana de 2017

Ato na USP em defesa de Lula

Mais de 300 se reuniram exigindo sua liberdade

No dia 9 de agosto centenas de estudantes, professores e funcionários da USP se reuniram no prédio da História/Geografia da Universidade de São Paulo para exigir a liberdade de Lula, em um atividade de ampla unidade pela democracia. O Ato foi organizado pelo comitê Lula livre da USP.

A luta pela liberdade de Lula ganhou força depois da campanha da chapa Renova Andes, que conseguiu agregar um setor de docentes no interior da Adusp (seção sindical dos docentes da USP filiada ao Andes) defendendo em sua campanha os comitês pela liberdade de Lula. Durante a greve das universidades estaduais de SP, em maio e junho, foram apresentadas duas moções pelo Lula livre às assembleias de docentes que sequer foram debatidas e foram bloqueadas pela direção. Mesmo assim, dezenas de docentes que assinavam a moção

Lula livre decidiram constituir um comitê e levar a campanha para toda a USP chamando a mais ampla unidade com a comunidade, estudantes e funcionários.

O golpe e os ataques às universidades

Na abertura do ato o prof. Everaldo Andrade leu o manifesto de docentes da USP pela liberdade de Lula e que desencadeou a mobilização. Em seguida tomaram a palavra o DCE da USP, ANPG, ANDES, CUT, vários coletivos de estudantes, o comitê Lula livre do Butantã (bairro próximo à USP) e partidos PT, PCO, PSOL, PC do B. Representantes de associações docentes enviaram mensagens de apoio ao ato e estiveram presentes como a Adunicamp, a ADUFABC, Adunifesp, APROPUC. Nota dissonante foi a Adusp que enviou carta afirmando que se tratava de ato partidário e não estaria pre-



USP, ato em 9 de agosto

sente. O Sintusp sequer respondeu ao convite, embora vários funcionários da USP estivessem presentes.

As falas lembraram a relação entre o golpe e os ataques aos direitos e às universidades públicas, os cortes de verbas para pesquisas e bolsas de estudo, o sucateamento e arrocho

dos salários. Personalidades também falaram e estiveram presentes como frei Betto, Genoíno e a candidata a vice-governadora do PT e profª da PUC-SP Ana Bock que encerrou o ato junto com Suplicy.

Correspondente

CUT: 35 anos de luta

Um de seus fundadores, Lula é o candidato da central à Presidência do país



Foto: Crédito: Arquivo CUT

No Pavilhão Vera Cruz, SBC, Lula era um dos 5 mil delegados que fundaram a CUT

Em plena luta pelas liberdades democráticas contra a ditadura militar, no dia 28 de agosto de 1983 era fundada a Central Única dos Trabalhadores-CUT, no Congresso da Classe Trabalhadora realizado em São Bernardo do Campo no pavilhão Vera Cruz.

Eram cinco mil delegados, trabalhadores do campo e da cidade, dos setores público e privado, vindos dos quatro cantos do Brasil, que se reuniam para desafiar a estrutura sindical oficial atrelada ao Estado desde a era Vargas, para afirmar a luta pela liberdade e a autonomia sindical. Entre os delegados estava Luiz Inácio Lula da Silva, pelo sindicato dos metalúrgicos

de São Bernardo e Diadema.

Passados 35 anos, em que a CUT se transformou na maior central sindical do Brasil e uma referência mundial, a central comemora seu aniversário lutando uma vez mais contra um estado de exceção criado pelo golpe de 2016 e afirmando a candidatura a presidente de um de seus fundadores, o hoje preso político Lula.

Em 27 de agosto ocorre sessão solene da Câmara em Brasília, requerida pelo deputado federal Vicentinho, que presidiu a CUT (1994-2000), e no dia 28, em reunião de sua Direção nacional, haverá ato comemorando a data. Longa vida à Central Única dos Trabalhadores, Lula Presidente!

“Ataque a Lula é contra os trabalhadores do mundo”

Sindicalistas dos EUA visitam o Brasil e vão à Brasília em 15 de agosto



Na mesa, da esquerda para a direita, Stan Gacek, Carolyn, Appelbaum, Tefere Gebre, HeeWon e Rafael Embaixo, Ariovaldo, Mônica, Julio Turra e Jana

Foto: Roberto Parizotti

“Estou aqui e não estou sozinho. Venho representando mais de 12,5 milhões de trabalhadores, porque aprovamos em nossa resolução que somos a favor da democracia e da liberdade de Lula”, disse, na sede da CUT em São Paulo, Tefere Gebre, vice-presidente da central sindical dos Estados Unidos, a AFL-CIO.

Ele liderava uma delegação composta por Stuart Appelbaum, vice-presidente da UFCW (comerciários e trabalhadores na alimentação), HeeWon Brindle-Khum, diretora do sindicato RWDSU (varejo, atacado e lojas), Carolyn Kazdin, assessora da United Steelworkers (USW) e Stanley Gacek, advogado trabalhista e conselheiro da UFCW, acompanhados por Jana Silverman, do Solidarity Center da AFL-CIO em São Paulo e

Rafael Guerra, representante do UAW (United Auto Workers) no Brasil.

A delegação chegou à CUT junto com Mônica Valente, secretária de relações internacionais do PT, onde foi recebida pelos dirigentes Ariovaldo Camargo e Julio Turra no dia 13 de agosto.

Em 15 de agosto, a delegação estava em Brasília, acompanhando a enorme mobilização que acompanhou o registro da candidatura de Lula. Diante do TSE, Tefere Gebre tomou a palavra reafirmando a posição oficial da AFL-CIO de condenação à perseguição judicial a Lula e de apoio à sua liberdade e direito de candidatar-se à presidência do Brasil, concluindo que “um ataque a Lula é um ataque contra todos os trabalhadores do mundo”.

50 mil foram inscrever a candidatura

Dia 15 de agosto em Brasília, a força que a grande imprensa escondeu

Foi com emoção geral que Gleisi Hoffman, a presidente do PT, anunciou a uma massa de 50 mil pessoas na frente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no Distrito Federal que “Lula está registrado, é candidato a presidente do Brasil”. Foi o ponto alto de uma manifestação que tomou Brasília com trabalhadores e jovens vindo de todos os cantos do país.

O registro respaldado pela mobilização popular “apavorou” o mercado e causou a fúria dos jornalões representantes da burguesia no dia seguinte que procuraram ignorar ou dar uma conotação negativa a presença de milhares de pessoas durante o ato.

Uma manchete do UOL no mesmo dia chegou a acusar o PT de “transformar o registro num ato político” (!), como se fosse outra coisa.

O chamado do PT para a manifestação em Brasília, com o ânimo da juventude petista que adotara a iniciativa em seu congresso, foi abraçado com entusiasmo pelo MST, a CUT e toda a militância. A manifestação foi um sucesso.

Debaixo de um forte aparato repressivo composto por 1200 policias militares, dezenas de batalhões de choque da Força Nacional fortemente armados dentro dos ministérios e grades ao redor de todos os prédios



públicos, incluindo o Congresso Nacional, a marcha deixou o ginásio Nilson Nelson e percorreu a Esplanada Geral até o Itamaraty. Em seguida caminhou em direção à porta do TSE, tranquilamente, onde teve início um ato político, enquanto dirigentes petistas se dirigiam ao Tribunal para registrar a candidatura de Lula.

“Ficamos de pé, como o povo brasileiro”

Vários oradores tomaram a palavra e destacaram a importância histórica do momento e a necessidade de eleger Lula presidente e enfrentar o golpe para revogar as medidas do golpe

e recuperar direitos sociais.

Foi o que disse, por exemplo, Dilma Rousseff, a mais ovacionada daquela tarde: “Eles achavam que iam nos destruir, achavam que nós não iríamos resistir, mas nós ficamos de pé como o povo brasileiro. Enfrentamos os golpistas porque queremos acabar com o retrocesso dos direitos sociais. Lula Livre e candidato representa a democracia no nosso país”.

Outros falaram no mesmo sentido, como Vagner Freitas, presidente da CUT. Destoou Mariane Dias, da UNE, que se restringiu a defender o direito de Lula ser candidato (sem Lula presidente, já que a UNE decidiu não ter

posição no primeiro turno). Gilmar Mauro, do MST também falou sobre a necessidade de eleger Lula e de enfrentar as instituições do golpe. Mas, como os demais oradores, deixou de lado a bandeira da Constituinte.

Coube aos militantes do Dialogo e Ação Petista e da JR do PT sustentar na agitação, com faixas e palavras de ordem a questão, inscrita no programa de governo, com boa recepção entre os presentes.

Fez pouco sucesso a enorme faixa do Partido da Causa Operária “Lula ou nada” indicando de antemão o voto nulo, no caso do impedimento de Lula ser candidato. Prenunciando a derrota, chegaram a ser hostilizados pela militância presente.

Haddad, por outro lado, foi recepcionado com certo distanciamento, mesmo quando lia uma carta de Lula (ver abaixo). Na difícil tarefa de ser porta voz de Lula como candidato a vice, terá que demonstrar pela prática não ser o plano B que, de fato, não é. Para isso precisa continuar a defender o direito da candidatura de Lula ir até o fim, até 7 de outubro, o que os milhares em Brasília e a militância de todo o país, já demonstraram ter disposição de fazer.

Luã Cupolillo



FALA LULA

Carta enviada à manifestação de 15 de agosto, lida por Haddad

Registrei hoje a minha candidatura à Presidência da República, após meu nome ter sido aprovado na convenção do PT e com a certeza de que posso fazer muito para tirar o Brasil de uma das piores crises da história (...)

Há um ano, um mês e três dias, Sérgio Moro usou do seu cargo de juiz para cometer um ato político: ele me condenou pela prática de “atos indeterminados” para tentar me tirar da eleição. Usou de uma “fake News” produzida pelo jornal O Globo sobre um apartamento no Guarujá (...)

Que digam qual foi o ato que eu cometi para justificar uma condenação. Mas o que vemos, dia após dia, é a revelação de fatos que apenas reforçam uma atuação ilegítima de agentes do Sistema de Justiça para me condenar e me manter na prisão.

Chegou-se ao ponto em que uma decisão de um desembargador que restabelecia a minha liberdade não

foi cumprida por orientação telefônica dada por Moro, pelo presidente do TRF-4 e pela procuradora Geral da República ao Diretor-Geral da Polícia Federal.

Como defender a legitimidade de um processo em que conspiram contra a minha liberdade desde o juiz de primeira instância até a Procuradora-Geral da República?

Sou vítima de uma caçada judicial que já está registrada na história (...).

Quero que o povo brasileiro possa decidir se me dará a oportunidade de, junto com ele, consertar este país.

A partir de amanhã, vamos nos espalhar pelo Brasil para nas ruas, no trabalho, nas redes sociais, mas principalmente olhando nos olhos das pessoas, lembrar que esse país um dia já foi feliz e que os mais pobres estavam contemplados no orçamento da União como investimento, e não como despesa.

Cada um de vocês terá que ser Lula

fazendo campanha pelo Brasil, lembrando ao povo brasileiro que nos governos do PT o povo trabalhador teve mais emprego, maiores salários e melhores condições de vida.

Que um pobre, um negro, ou um índio podia ingressar na universidade.

Que o pobre podia ter casa própria e comer três vezes ao dia.

Que a luz elétrica era acessível a todos.

Que o salário mínimo foi aumentado sem causar inflação (...)

Para recuperar o direito de fazer tudo isso e muito mais é que sou candidato a Presidente da República.

Vamos dialogar com aqueles que viram que o Brasil saiu do rumo, estão sem esperança, mas sabem que o país precisa resolver o seu destino nas urnas, não em golpes ou no tapetão. (...)

Lembrar que com democracia, com nosso trabalho, o Brasil vai

voltar a ser feliz.

Enquanto eu estiver preso, cada um de vocês será a minha perna e a minha voz. Vamos retomar a esperança, a soberania e a alegria desse nosso grande país.

Companheiras e companheiros, o Moro tinha até hoje para mostrar uma prova contra mim. Não apresentou nenhuma! Fato indeterminado não é prova! Por isso sou candidato.

Repito: com meu nome aprovado na convenção, a Lei Eleitoral garante que só não serei candidato se eu morrer, renunciar ou for arrancado pela Justiça Eleitoral. Não pretendo morrer, não cogito renunciar e vou brigar pelo meu registro até o final.

Não quero favor, quero Justiça. Não troco minha dignidade por minha liberdade.

Um forte abraço,

Lula

Bancários fazem paralisações

Os bancos, com lucros bilionários, oferecem 0,5% de reajuste e corte de direitos

O Comando Nacional dos Bancários rejeitou a proposta da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) na 8ª mesa de negociações ocorrida em 21 de agosto e indicou aos sindicatos um dia de paralisação parcial no dia 22. Ela ocorreu em vários estados afetando as agências bancárias, uma boa parte só abrindo depois do meio dia.

Os bancos lucraram R\$ 77,4 bilhões em 2017, 33,5% a mais em relação a 2016 e depois de ter tido lucros recordes no primeiro semestre de 2018 (R\$ 42 bilhões, 18% a mais do que no mesmo período de 2017). Os cinco maiores bancos (BB, Caixa, Itaú, Bradesco e Santander) que dominam a Fenaban propõem um aumento de 0,5% para os bancários, além de alterações e exclu-



Agência paralizada em Florianópolis, como muitas outras em todo o país

sões de cláusulas da atual Convenção Coletiva, com cortes de direitos.

Em assembleias em todo o país, os bancários decidiram não aceitar cortes de direitos e não abrem mão de um aumento real de salários. Juvandia Moreira, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), explicou no site da entidade que: "A proposta de reajuste teve um pequeno avanço, ainda insuficiente. Conseguimos que o índice fosse alterado para um reajuste de 0,5% acima da inflação, mas ainda aquém do que o setor pode pagar".

Depois da paralisação parcial de 22 de agosto, se não houver avanços nas negociações, os bancários podem ir à greve nacional.

Metalúrgicos param na Tupy de Joinville (SC)

Empresa quer implantar trabalho intermitente

Em 22 de agosto, centenas de operários metalúrgicos da empresa Tupy pararam na troca de turnos, atendendo ao chamado do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville (CUT).

A Tupy contratou recentemente trabalhadores com horários intermitentes - às sextas e sábados - com salários proporcionais às horas trabalhadas, o que resulta em menos da metade de um salário mínimo como pagamento.

Apesar do sindicato ter conseguido, na campanha salarial, impor uma cláusula que protege os trabalhadores da antirreforma trabalhista de Temer, a Tupy tentou furá-la com a introdução do trabalho intermitente. O sindicato exige da empresa o fim dessa



Foto: Pedro Mendes Maciel

22 de agosto, assembleia de trabalhadores na troca de turno

prática precarizadora e que negocie um período diário para compensar a folga do sábado, sendo assim cumpridas as 44 horas semanais em 5 dias.

A assembleia aprovou que caso a empresa não retire a proposta, no dia

3 de setembro haverá um atraso de entrada de duas horas entre os turnos e, se insistir, haverá greve por tempo indeterminado.

Denis Beck

Editora Abril quer dar calote!

800 demitidos não recebem direitos

Jornalistas, gráficos e trabalhadores do setor administrativo que trabalhavam na Editora Abril lutam para ter acesso ao FGTS, seguro desemprego e às verbas rescisórias a que tem direito.

A Abril iniciou demissões em massa em 6 de agosto e tinha até 10 dias úteis para pagar direitos no momento do desligamento. Mas, antes de vencer esse prazo, a empresa pediu recuperação judicial (de pronto aceita pelo Judiciário) e suspendeu todas as dívidas, inclusive com os 800 demitidos.

Assim, os demitidos receberam seu último salário em 3 de agosto e não têm qualquer previsão de quando vão receber o restante. A empresa desmarcou as reuniões com os funcionários,

quando repassaria a chave para acessar o FGTS na Caixa e as guias para o seguro desemprego. Para os trabalhadores que ficaram na empresa, fica a incerteza sobre o seu futuro.

Em 17 de agosto, uma assembleia no Sindicato dos Jornalistas, com 60 profissionais, elegeu um Comitê dos Demitidos, o qual divulgou um comunicado onde afirma: "Deixemos clara nossa profunda indignação com o fato de a família proprietária da Editora Abril - que durante décadas acumulou com a empresa e com o nosso trabalho, uma fortuna na casa dos bilhões de reais - tentar agora preservar seu patrimônio e não querer usar uma pequena parte

dele para cumprir a obrigação legal de nos pagar o que é devido." Com a repercussão do comunicado, a empresa passou a reagendar a entrega do termo de rescisão e do FGTS. Em 22 de agosto, os gráficos também se reuniram em assembleia, elegendando uma comissão própria e aprovando a realização de um ato conjunto na porta da empresa.

Uma primeira mobilização foi feita pelas direções sindicais das três categorias no dia 10 de agosto, Dia do Basta, dizendo não às demissões e denunciando que a Abril se apoiava na antirreforma trabalhista para demitir em massa com maior facilidade.

Docentes da UNEB elegem nova direção

Renova-Aduneb é vitoriosa na Universidade Estadual da Bahia

Está eleita a nova diretoria da Aduneb, seção sindical dos docentes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) com a Chapa "Renova-Aduneb", vitoriosa, batendo a Chapa da CSP-Conlutas por 302 votos a 268. As eleições ocorreram nos 24 campi entre 14 e 16 de agosto.

A nova diretoria expressa o sentimento de 45% dos eleitores que, nas eleições nacionais para a direção do ANDES-SN, votaram na chapa 2, Renova-ANDES-SN.

A chapa vitoriosa tinha como slogan de sua campanha "Por um sindicato plural, democrático e de luta", defendendo a restauração do Estado democrático no Brasil e eleições livres com o direito de Lula ser candidato. Com uma militância organizada desde as eleições do Renova ANDES, ela conseguiu ampliar seu campo de ação ganhando nos maiores colégios eleitorais, como Salvador, Barreiras, Juazeiro, Teixeira de Freitas, Serrinha e Guanambi.

A nova direção tem pela frente muitos desafios, em especial a defesa da democracia, da autonomia universitária e das conquistas dos trabalhadores; a promoção de maior participação da base nas decisões da Aduneb e, estabelecer negociação efetiva em conjunto com as ADS, em favor da pauta da categoria de reajuste salarial e recomposição salarial, concursos públicos e defesa de planos de carreiras.

Correspondente

Instituições exalam podridão

Só Lula com Constituinte para mudar esta situação

O caráter podre das instituições brasileiras ficou ainda mais evidente desde o golpe. O Congresso Nacional que derrubou Dilma é dominado por bancadas reacionárias, cuja eleição é favorecida por um sistema antidemocrático de representação dos estados. O Judiciário, poder não eleito no qual vigoram supersalários e vantagens diversas,

como o auxílio-moradia, é o instrumento utilizado pelo imperialismo para condenar Lula e tentar destruir o PT.

São instituições que, ultimamente, não se preocupam nem mesmo em disfarçar a suposta neutralidade com a qual o Estado burguês sempre procura mascarar a sua dominação de classe. Agem abertamente contra as liberda-

des democráticas e desrespeitam as próprias leis que criaram, cada vez que o movimento dos trabalhadores utiliza suas brechas para exigir democracia.

Não há saída, para o povo, com essas instituições. Daí vem a necessidade de que Lula, presidente, convoque a Constituinte para fazer todas as reformas necessárias: política, do Judiciário, da mídia, agrária etc. No

movimento para derrotar o golpe e eleger Lula, é preciso avançar para que a vontade do povo seja respeitada, por meio de novas instituições, erguidas de acordo com o interesse popular, e não de banqueiros, empresários e especuladores vinculados ao grande capital.

Cláudio Soares

Quadrilha no Judiciário!

Foras da lei, com objetivo de manter Lula preso



Os acontecimentos de 8 de julho deixaram a nu o quanto o Judiciário, o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal (PF) estão empenhados em fazer qualquer coisa para impedir a liberdade de Lula. Eles mesmos o reconhecem, em entrevistas ou em notas publicadas na imprensa e não desmentidas.

Como se recorda, naquele domingo o desembargador Rogério Favreto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) decidiu a favor do pedido de habeas corpus de Lula e determinou a sua libertação. Legalmente, nada havia de errado na deliberação. O que se seguiu foi o atropelo da lei. A PF recusou-se a cumprir a ordem, por interferências indevidas do juiz Sérgio Moro, da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e do presidente do TRF-4, Thompson Flores.

Em entrevista ao "Estadão" (12/8), o diretor geral da PF, Rogério Galloro, relatou tranquilamente essas pressões: "Concluimos que iríamos cumprir a decisão do plantonista do TRF-4 [Favreto]. Falei para o ministro Raul Jungmann (Segurança Pública): 'Ministro, nós vamos soltar'. Em seguida, a (procuradora-geral da República) Raquel Dodge me ligou e disse que estava protocolando no STJ (Superior Tribunal de Justiça) contra a soltura. 'E agora?' Depois foi o (presidente do TRF-4) Thompson (Flores) quem nos ligou. 'Eu estou determinando, não soltem'. O telefonema dele veio antes de expirar uma hora. Valeu o telefone-

ma". Valeu o telefonema? Essa atitude, em outra situação, custaria o cargo do delegado, além de um processo.

Segundo nota da revista "Veja", João Pedro Gebran Neto, do TRF-4, "admitiu a amigos que ignorou a letra fria da lei ao dar decisão contrária à soltura de Lula, desconsiderando a competência do juiz de plantão. Gebran alegou que era a única saída para evitar um erro ainda mais danoso: libertar o petista". E Moro admitiu que não tinha competência para opinar no caso, mas o fez para evitar uma "situação de risco".

Raquel Dodge

O líder do PT na Câmara, Paulo Pimenta, foi certo, ao dizer que se formou "uma quadrilha que atuou para a lei não ser cumprida e Lula não ser libertado".

No MPF, o elo dessa quadrilha, Raquel Dodge, poucas horas depois da inscrição de Lula como candidato, no dia 15, questionou sua candidatura no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O MPF assumiu, nos últimos anos, um papel central e ampliou o seu poder, ao trazer para si as atividades de investigação, que, constitucionalmente, são atribuições da polícia. Desde pelo menos 2013, quando a direita saiu às ruas na carona de grandes manifestações, o MPF se tornou um dos elementos decisivos da ofensiva antidemocrática em curso.

CS

"Bancada BBB" dá o tom no Congresso

Poder econômico elege parlamentares reacionários e dificulta renovação

O atual Congresso Nacional é um dos mais reacionários, e nada indica que isso mudará, pois todas as deformações e vícios de eleições dominadas pelo poder econômico estão em vigor. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) avalia que neste ano o índice de renovação dos parlamentares deverá ser o menor desde 1990.

Dos atuais 513 deputados, 407 tentarão se reeleger (80%), e o Diap estima que 75% destes conseguirão, tomando como base o histórico das últimas eleições e as mudanças aprovadas na "reforma" política de 2017, que favoreceram ainda mais os candidatos à reeleição.

Há ainda a distorção da própria representação, herança da ditadura militar. Existe um número mínimo (8) e um máximo (70) de deputados em cada estado. Se a proporção fosse equivalente aos eleitores, São Paulo teria 112 deputados federais, e Roraima apenas 1. Na atual situação, há 42 deputados paulistas a menos e 7 roraimenses a mais.

Essa situação comprime o número de deputados de estados mais desenvolvidos, em que a capacidade de organização dos trabalhadores é maior, e favorece regiões mais atrasadas, nas quais o poder do coronelismo e das oligarquias é mais forte. Além do Senado, no qual todos os estados, independentemente de sua população, têm três senadores. O resultado é um Parlamento dominado por interesses que não representam o povo brasileiro.

Boi, bíblia e bala

Essa é a explicação para a existência da "bancada BBB" (boi, bíblia e bala), ou seja, os parlamentares que

defendem o agronegócio, as cúpulas evangélicas e os interesses policiais e de armamentos.

Os ruralistas são os mais organizados do grupo. De acordo matéria do "Estadão" (29/7), a bancada dos que defendem os grandes proprietários de terras reúne 210 deputados e 26 senadores (quase 40% dos congressistas). O grupo é atuante e tem estrutura profissional. Entre seus objetivos, estão a aprovação da lei sobre agrotóxicos, da reforma da Previdência de Temer e o repasse da responsabilidade sobre o licenciamento ambiental da União para estados e municípios.

A bancada da bala, sustentada pela indústria de armas e por associações de atiradores civis, é menor, mas não menos atuante. Reportagem do "Estadão" (5/8) indica que 104 deputados apresentaram nos últimos três anos projetos "que tratam de mudanças na legislação sobre armas e munições ou de direitos e privilégios das carreiras policiais".

A atual bancada evangélica tem 82 deputados e 2 senadores, mais do que o dobro do que elegera em 2006. Eles reúnem-se semanalmente, fazem cultos num plenário da Câmara e se articulam para as votações importantes. Querem impedir a discussão sobre o direito ao aborto, são contra o reconhecimento de uniões homoafetivas e defendem a "escola sem partido". E estão vinculados às outras duas bancadas. Um de seus porta-vozes, o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), afirmou: "A bancada 'BBB' – boi, bíblia e bala – funciona de verdade. A gente conversa, se protege" ("Estadão", 12/8).

CS

Há 80 anos era fundada a 4ª Internacional

Era preciso assegurar a continuidade da luta revolucionária, às portas da 2ª Guerra Mundial

Em 3 de setembro de 1938, num subúrbio de Paris, reuniram-se 25 delegados de seções de dez países – URSS, Grã Bretanha, França, Alemanha, Polônia, Itália, Grécia, Holanda, Bélgica e Estados Unidos – mais um delegado em nome da América Latina, o brasileiro Mário Pedrosa¹, para fundar a 4ª Internacional.

A Conferência adotou o programa da 4ª Internacional – “A agonia do capitalismo e as tarefas da 4ª Internacional: a mobilização das massas em torno de reivindicações transitórias como preparação para a tomada do poder”, conhecido como o Programa de Transição – aprovou um manifesto aos trabalhadores de todo o mundo com “um apelo urgente, num momento em que um grande perigo ameaça as massas do mundo inteiro (...), os horrores de uma nova guerra imperialista mundial, suscitada pela agonia do mundo capitalista que exala os venenos do fascismo e da guerra totalitária”.

O movimento pela 4ª Internacional

Desde 1923, Trotsky organiza a Oposição de Esquerda na URSS, contra a política da direção do PCUS liderada por Stálin e Bukharin, que iniciava o processo de degeneração burocrática do primeiro estado operário erguido com a vitória da Revolução Russa de 1917.

Expulso do partido em 1926 e da URSS em 1927, no seu exílio – Turquia, França, Noruega, até chegar ao México – Trotsky trabalhou para construir a Oposição de Esquerda Internacional (OEI) na luta pela regeneração dos Partidos Comunistas e da 3ª Internacional.

Foi a chegada ao poder de Hitler na Alemanha em 1933, facilitada pela política ditada por Stálin ao PC alemão – que afirmava ser a socialdemocracia o “inimigo principal” e se opunha à frente única operária contra o nazismo – que Trotsky e a OEI consideram que a 3ª Internacional estava morta para a revolução e se orientam para a construção da 4ª Internacional e suas seções.

O objetivo não era limitar aos trotskistas a tarefa de construção da nova Internacional. De 1933 a 1938 foram várias as tentativas de diálogo com partidos e grupos que rompiam, ainda que de forma parcial, com o stalinismo e a socialdemocracia, para engajá-los nessa luta, com a única condição de que as posições da Liga Comunista Internacional (novo nome da OEI) fossem discutidas como base programática, confron-

tadas com outras eventuais posições².

Em 1935, Trotsky lança a “Carta Aberta pela 4ª Internacional” e uma primeira conferência se realiza em Paris em 1936. Na URSS, Stálin responde com uma violenta repressão que desemboca nos Processos de Moscou (1936-38), que vão eliminar não só os trotskistas, mas todos os seus opositores.

“Viva a 4ª Internacional”

O trabalho de cinco anos para criar as bases para a 4ª Internacional não impediu que a sua fundação fosse vista como “artificial” por antigos companheiros de Trotsky. O Programa de Transição aborda essa questão:

“Os cétricos perguntam: ‘Mas, é chegado o momento de criar uma nova Internacional? É impossível, dizem, criar uma Internacional ‘artificialmente’ só os grandes acontecimentos podem fazê-la surgir, etc. (...)”

A 4ª Internacional já surgiu de grandes acontecimentos: as maiores derrotas do proletariado na história. A causa dessas derrotas é a degeneração e a traição da velha direção. A luta de classes não tolera interrupção. A 3ª Internacional, depois da 2ª, está morta para a revolução. Viva a 4ª Internacional!”

Além do nazismo na Alemanha e fascismo na Itália, dos processos de Moscou, em 1938 a política de aliança com “a sombra da burguesia” das Frentes Populares, impulsionada por Stálin, já provocara a derrota da revolução na França e a encaminhava na Espanha. Derrotas que preparavam a eclosão da 2ª Guerra Mundial. Daí a urgência de se constituir o quadro internacional que resgatasse as lições da Revolução Russa e a experiência das Internacionais anteriores, assegurando o fio de continuidade.

Dispersão e reproclamação da 4ª Internacional

Trotsky morre em 21 de agosto de 1940, assassinado por um agente de Stálin. Não sem antes ter combatido para afirmar a defesa da URSS, apesar da política de Stálin, contra



Palácio de Belas Artes da Cidade do México, mural de Diego Rivera. Trotsky com bandeira alusiva à 4ª Internacional

o imperialismo, o que custou à jovem Internacional cisões, como a do grupo Shachtman-Burnhan no SWP, a forte seção dos EUA³. Teve ainda tempo para elaborar, em maio de 1940, o “Manifesto de Alarme” que explica que a nova guerra mundial abriria a possibilidade de convulsões revolucionárias, para as quais a 4ª Internacional devia preparar-se.

A 4ª Internacional sobreviveu ao terror stalinista e à perseguição nazista na 2ª Guerra Mundial, mas saiu dela enfraquecida. Sua nova direção não compreendeu o método de Trotsky que dizia: “A 4ª Internacional não sairá de nossas mãos toda acabada (...). Ela crescerá e se desenvolverá tanto na teoria como na ação”. Ação que é a intervenção na luta de classes, e não a proclamação de uma “direção alternativa”, e que implica, sem abrir mão do Programa, multiplicar relações com setores que rompem com as direções traidoras.

A maior crise de dispersão da 4ª Internacional ocorreu em 1951-53, provocada pela direção Pablo-Mandel que revisa o Programa de Transição, considerando que a burocracia stalinista estava obrigada “pelas condições objetivas” a “fazer a revolução à sua maneira”, orientando as seções da 4ª Internacional para um “entrismo sui-generis” nos PCs.

Foi a resistência a essa tendência liquidadora, encarnada pela maioria da seção francesa em torno de Pierre Lambert⁴, que durante décadas e em diferentes formas, combateu pela reconstrução da 4ª Internacional,

que possibilitou a sua reproclamação em 1993, ao mesmo tempo em que seus militantes agiam para expandir o Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT), fundado em 1991 na Conferência Mundial Aberta de Barcelona.

Passados 80 anos de sua fundação, sim, a 4ª Internacional vive e luta!

Julio Turra

Notas

1. Mário Pedrosa (1900-1981): Militante político e crítico de arte, com o “nome de guerra” Lebrum foi fundador da 4ª Internacional. Em 1940 se alinha com a minoria do SWP, na questão da defesa da URSS, e se afasta da organização. Foi o filiado número um na fundação do PT no Brasil, oito meses antes de sua morte.
2. Ver a esse respeito o artigo de Lucien Gauthier “A fundação da IV Internacional, uma necessidade histórica”, em www.otrabalho.org.br.
3. Ver “Em defesa do marxismo”, de Leon Trotsky, sobre a polêmica no SWP.
4. Pierre Lambert (1920-2008): Nascido Pierre Boussel, aos 14 anos entrou na Juventude Comunista, aderindo ao trotskismo em 1937. Após a 2ª Guerra, quando foi organizador da CGT (central sindical) na clandestinidade, tornou-se um dos principais dirigentes da seção francesa da 4ª Internacional (PCI) e jogou papel central na luta contra o revisionismo pablista. Há pouco mais de dez anos, em 16 de janeiro de 2008, morreu deixando o legado da reproclamação da 4ª Internacional.

China: prisão de operários gera protestos

Presos por lutar pelo direito à sindicalização



Estudantes em apoio aos operários da Jasic Technology

Em 24 de julho passado, o China Labour Bulletin informou que um pequeno grupo de operários se manifestavam às portas da Jasic Technology em Shenzhen reivindicando sua reintegração, após terem sido demitidos e agredidos por capangas ao tentarem criar um sindicato.

“Queremos ser reintegrados e nos sindicalizar!” gritavam os trabalhadores enquanto os seguranças da fábrica os impediam de entrar.

Três dias depois, mais 30 trabalhadores da empresa foram detidos pela polícia.

No final de julho, alunos da universidade de Pequim iniciaram uma campanha de assinaturas para uma declaração pública de apoio aos trabalhadores presos (ver box). No dia seguinte, quando já haviam postado na internet milhares de assinaturas nominais vindas de onze universidades chinesas, as autoridades as fizeram desaparecer do site.

Em Hong Kong (vizinha a Shenzhen), em primeiro de agosto, a HKCTU (Confederação dos sindicatos

de Hong Kong), a Liga dos Socialdemocratas, a Ação Socialista e o Labour Party se dirigiram em delegação à delegacia de polícia para exigir a liberação dos 30 trabalhadores presos.

Finalmente, em 7 de agosto, segundo a HKCTU, 15 trabalhadores, dos quais alguns foram vítimas de maus tratos, foram liberados, e também um estudante. Permanecem então 14 operários presos.

O Financial Times (2 de agosto) levanta uma questão: “Embora os protestos dos trabalhadores tenham se tornado cada vez mais comuns durante a desaceleração da economia chinesa, as prisões são raras. A manifestação na Jasic é também incomum porque se trata de uma ação por direitos políticos – o direito de formar um sindicato – enquanto as lutas por salários são mais frequentes.”

E o South China Morning, diário publicado em Hong Kong acrescenta: “Chineses maoístas se juntaram aos estudantes em sua luta pelos direitos dos trabalhadores da Jasic Technology.”

Entretanto, em 1º de agosto, a SACOM (Estudantes e cientistas contra o comportamento inapropriado de empresas) coleta cem assinaturas em uma carta aberta ao governo de Hong Kong e à Federação do sindicato oficial (ACFTU), afirmando: “Este comporta-

mento descaradamente ilegal da empresa e da polícia contradiz seriamente o espírito do discurso de Xi Jinping ao XIX Congresso nacional do Partido Comunista Chinês (PCC), onde ele enfatizou a necessidade de “respeitar a lei em todos os aspectos”.

SOLIDARIEDADE NA UNIVERSIDADE DE PEQUIM

“Neste momento, mais de 24 horas se passaram desde a prisão de nossos irmãos e irmãs empregados da companhia Jasic em Shenzhen. (...) hoje, a classe trabalhadora se encontra de novo frente a um ponto de virada na história, reafirmando sua resistência à exploração e à opressão, lutando pela democracia e a liberdade e aspirando à determinação e à vontade inabalável do socialismo!

A atual luta tem as seguintes características:

- não está limitada a interesses individuais de curto prazo. Em vez disso, ela dá origem a denúncias contra a opressão da sociedade e propõe, por meios democráticos, objetivos como o estabelecimento de sindicatos independentes que não estejam ligados aos empregadores;
- tem recebido a atenção e o amplo apoio de grupos sociais, operários, camponeses, defensores dos direitos, advogados, trabalhadores da mídia, estudantes, intelectuais, etc.;
- o empenho em organizar da classe operária e seu espírito de sacrifício e coragem ficaram demonstrados. É a arma mais poderosa da classe operária para transformar o mundo real e lutar por sua libertação.

Nós exigimos que:

A polícia de Shenzhen-Pingshan liberte imediatamente os trabalhadores presos e se comprometa a não reprimi-los.

A federação local de sindicatos e a Jasic Science e Thechnology, conforme a lei, protejam eficazmente o direito dos trabalhadores de criar seus próprios sindicatos, sem exercer retaliações contra as pessoas envolvidas;

O governo local inicie investigação do incidente, divulgando-a rapidamente ao conjunto da sociedade, tratando com seriedade os responsáveis.

Viva a classe operária! Viva o socialismo! Que os trabalhadores do mundo se unam! Que as forças obscuras tremam! Que a classe privilegiada seja inundada para sempre no vasto oceano do povo e submerja para sempre!” (trechos da declaração pública)

Palestina

Manifestação em Tel Aviv contra a lei do “Estado-Nação do povo judeu”

Em 11 de agosto, uma manifestação reuniu dezenas de milhares de palestinos (árabes israelenses) e de judeus israelenses, em Tel Aviv, contra a lei do “Estado-Nação do povo judeu”, adota recentemente.

Um correspondente presente ao ato relatou:

“A lei não visa a modificar a realidade atual. Ela foi feita para justificá-la. Ela é a síntese das relações de poder e das estruturas racistas e coloniais que existem há setenta anos e que estavam contidas na declaração de independência, apesar do que diz a esquerda israelense. Há uma vontade de parte dos organizadores da manifestação de se colocar no mesmo terreno dos oponentes e tirar proveito da lei para futuras alianças eleitorais.

Mas, podemos continuar a viver com a ilusão de um retorno à democracia israelense que nunca existiu, ou a ilusão sobre a capacidade de alguns deputados do Knesset (parlamento israelense, NdT) de fazer avançar a causa da democracia?

A manifestação reuniu milhares de palestinos do interior, mas cuja reivindicação fundamental é que eles querem viver em casa com os mesmos direitos que os judeus, não menos. Com o direito de construir uma casa, de viver onde queiram em seu país, sem nenhuma discriminação. Entre os que não quiseram participar, muitos dizem que se trata da manifestação daqueles que ainda acreditam que a presença de um punhado de deputados árabes no Knesset pode servir à causa palestina. Não

será, ao contrário, um alibi democrático para os sionistas? O mesmo usado com a Autoridade palestina, encarregada da manutenção da ordem na Cisjordânia.

É por isso que, para muitos palestinos do interior, a questão que está colocada é a da organização concreta, prática, da resistência ao apartheid, inclusive, evidentemente, com todos os judeus progressistas, contra essa lei e contra o sistema que essa lei sustenta com ainda mais vigor. Eu considero que isso passa por reafirmar a unidade dos direitos dos palestinos onde eles se encontram, entre o mediterrâneo e a Jordânia e o direito ao retorno, que é uma reivindicação democrática.

Deve ser enfatizado que, ao mesmo tempo, os bombardeios prosseguem em Gaza, mas havia uma enorme pres-



Manifestação em Tel Aviv, 11 de agosto

são para que não se mencionasse isso na manifestação de Tel Aviv, e como sempre acontece em tempos de crescente crise política, o exército israelense convoca os reservistas e se prepara para evacuar os civis das colônias ao redor de Gaza. Por trás das pressões atuais, particularmente egípcias, contra o Hamas, está, sobretudo, o desejo de acabar com o movimento da Grande Marcha pelo retorno, que escapa ao controle das organizações tradicionais.”

Argentina: Senado não legaliza o aborto

Votação mantém legislação de 1921, mobilização continua

Aquela quarta-feira chuvosa de 8 de agosto, com vento cortante e frio de 8 a 11 graus entrou para história argentina. A mobilização das mulheres tomou Buenos Aires para exigir a aprovação do projeto que legalizava a interrupção voluntária da gravidez até a 14ª semana, com o aborto seguro e gratuito garantido como direito pelo Estado. Nem o frio, nem a chuva, nem a ofensiva da Igreja Católica arrefeceu a disposição de luta de milhares de pessoas (a maioria adolescentes e mulheres jovens) que ficaram mais de 24 horas em vigília na Praça do Congresso. Vinte e oito quadras foram totalmente ocupadas pelos lenços verdes, símbolo da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito, cujo lema é “Educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar, aborto legal para não morrer”. Separados por barreiras policiais, estavam os lenços celestes, com forte inclinação religiosa, portando cruces, fetos de plástico e bandeiras argentinas.

Após quase 17 horas de sessão, o Senado rejeitou, por 38 votos x 31 e duas abstenções, o projeto de iniciativa popular, aprovado antes pela Câmara dos Deputados em 14 de junho. Uma das intervenções mais contundentes foi da senadora



Manifestação das mulheres em 8 de agosto (Buenos Aires) em defesa da legalização do aborto

Beatriz Mirkin: “Pergunto a todos e pergunto a mim: Que vamos fazer amanhã? Vamos seguir penalizando a mulher quando chegar ao hospital com um aborto provocado em situação de risco?”.

Outro discurso veemente foi do senador Fernando Solanas: “Acabemos com a hipocrisia de uma classe dominante que, sabendo que as mais ricas podem acudir aos abortos seguros, condenam as mais pobres à infecção ou à morte”.

A senadora e ex-presidente Cristina Fernández de Kirchner, que votou a favor do projeto, ressaltou: “Não é questão de convicções ou crenças, mas de dar respostas como

legisladores a um problema que existe”. Já o líder da bancada justicialista Miguel Pichetto embasou seu voto na separação entre religião e Estado. “A religião não pode impor ao país as normas que são de natureza civil de um Estado laico”.

Com a conclusão da votação na Câmara Alta, o país continua com a lei penal de 1921, em que o aborto é permitido somente nos casos de estupro ou risco de morte da mãe. Fora isso, gestante e médico que fizerem aborto poderão ficar até quatro anos presos. O projeto deverá ser reapresentado em 2020, após as eleições gerais na Argentina.

Maré verde mobilizou milhões de pessoas

Apesar da derrota legislativa, as organizações que compõem a Campanha Nacional conseguiram, após 13 anos de luta, pautar o debate em todo o país. E ganharam um forte impulso de renovação: o engajamento de adolescentes que se organizaram nas escolas e nas ruas pelo direito de decidir sobre seus corpos.

Nos dias que se seguiram à votação, podia-se ver nas ruas, no transporte público, em todos os lugares, mulheres com seus lenços verdes amarrados às bolsas, no pescoço, no cabelo. “Não há ganhadores quando as gestantes de nosso território seguem abortando na clandestinidade”, reafirmaram as mulheres na carta de balanço da Campanha.

Duas semanas depois da votação, centenas de argentinos fizeram uma renúncia coletiva ao catolicismo e um apelo em favor do Estado laico. “Tirem seus rosários dos nossos úteros” e “Não em nosso nome” foram algumas das palavras de ordem contra o posicionamento da Igreja Católica.

Em outubro, as organizações voltarão a se reunir no Encontro Nacional de Mulheres em Chubut para debater e definir estratégias, inclusive sobre a eleição de 2019. Uma coisa é certa: vão seguir lutando até que o aborto legal, seguro e gratuito seja lei.

Renina Valejo,
de Buenos Aires

No Brasil, retomar a luta pela legalização

1 em cada 5 mulheres já interrompeu uma gravidez no país

No mesmo 8 de agosto, cerca de 5 mil jovens e mulheres se manifestaram em São Paulo, em frente ao consulado argentino. Naquela semana, o Supremo Tribunal Federal havia realizado duas audiências públicas sobre a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), movida pelo PSOL, para que abortos até a 12ª semana não sejam enquadrados no Código Penal por ferir direitos fundamentais das mulheres.

Chama atenção o grande número de convidados representando religiões numa audiência como essa, e é notória a oposição da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. Para a professora Maria José Rosado Nunes, do movimento Católicas pelo Direito de Decidir, “a legalização do aborto é uma questão de justiça social e racial, mas também uma questão democrática em um Estado que deve ser laico”.

4.455 mulheres mortas em 16 anos

Estes números são baseados apenas

nos dados oficiais, segundo o Ministério da Saúde. A comparação com Portugal fala por si: o país legalizou o aborto em 2007 e desde 2011 não houve nenhuma morte em decorrência do procedimento. Mortes que também poderiam ser evitadas no Brasil. Um exemplo cruel: em maio, Ingriane Barbosa, de 30 anos, morreu após fazer um aborto em casa, em Petrópolis (RJ). Em um ato de desespero, ela inseriu um talo de mamona no útero e morreu com infecção generalizada. A criminalização do aborto matou Ingriane e deixou órfãos seus três filhos de 9, 7 e 2 anos.

Legalizar o aborto é questão urgente

A discussão sobre a descriminalização e a legalização diz respeito à vida de milhões de mulheres. A Pesquisa Nacional de Aborto de 2016 mostra que 1 em cada 5 mulheres aos 40 anos já abortou. Questão urgente, essa reivindicação é mais uma que dificilmente consegue transpor a barreira do Congresso Nacional como ele é hoje,

com baixa representação das mulheres trabalhadoras e das camadas populares, sob domínio de interesses como os da bancada da Bíblia.

É uma luta que se combina com a necessária saída política para o país, num momento em que os direitos das mulheres são atacados abertamente: é fundamental que

Lula seja eleito presidente e chame uma Constituinte para mudar as instituições políticas. Mas, desde já, as candidaturas do PT ao Congresso precisam assumir seu compromisso com as mulheres trabalhadoras, negras e pobres do nosso país.

Priscilla Chandretti

Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br